



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

SOFONIAS LOPES JÓ

**A CONSTANTE INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA GUINEENSE (1994 A MAIO
DE 2022)**

ACARAPE, CEARÁ

2022

SOFONIAS LOPES JÓ

**A CONSTANTE INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA GUINEENSE (1994 A MAIO
DE 2022)**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades sob orientação do Profº. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho

Orientador: Sebastião André Alves de Lima
Filho

ACARAPE, CEARÁ

2022

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
2 JUSTIFICATIVA	5
3 PROBLEMATIZAÇÃO.....	6
4 HIPÓTESE	8
5 OBJETIVOS.....	8
5.1 Objetivo Geral.....	8
5.2 Objetivos Específicos.....	8
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
6.1 Pós-independência à liberalização	9
6.2 Fase de transição Democrática	12
6.3 Contextualizações da democracia enquanto valor universal	13
6.4 As eleições gerais multipartidárias (1994 - 1999) e as rupturas da democracia	16
6.5 A luta pela chegada ao poder e olho por olho na democracia	18
6.6 A relação capital social, nepotismo e corrupção como fatores de entraves nas instituições democráticas	24
6.7 A batalha interna do PAIGC e os 15, e a ascensão do Umaro Sissoco Embaló à presidência	27
7 METODOLOGIA	32
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICAS	33

1 APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa objetiva investigar os motivos da instabilidade constante da democracia na Guiné-Bissau, no período compreendido entre 1994 à maio de 2022. O trabalho investigativo privilegiará analisar quais foram os caminhos trilhados para a implementação da democracia e a decadência do regime monopartidário na Guiné Bissau. Outrossim, e com base nas análises que propusemos realizar, pretendemos mapear os fatores que até os dias atuais dificultam a consolidação da democracia. Mas para isso, acreditamos ser pertinente antes de tudo, analisar também o período pós-independência e da liberalização na Guiné Bissau.

Antes de encetar sobre a finalidade do trabalho, é necessário e imprescindível contextualizar geograficamente o país em que se pretende realizar o estudo. A Guiné Bissau é um país situado na costa da África, tendo fronteiras com dois países vizinhos francófonos. Ao Norte está o Senegal e ao Sul está a Guiné-Conakry. Outrossim pode-se encontrar ao Oeste o oceano atlântico. Administrativamente, o país está dividido em 8 regiões e um setor autônomo de Bissau-SAB. O país possui de acordo com Mbundé (2018), uma superfície total de 36.125 km², com uma população estimada á 1.746.000.

O país tem como língua oficial o português, o qual é falado por uma pequena parcela da população Guineense, e o crioulo como segunda língua, é falada por um grande número da população bissau-guineense. Por outro lado, vale salientar que existem línguas que também são faladas por cada e diferente grupo étnico que compõem a esfera populacional, neste caso trata-se das etnias como, Pepel, Mandjaku, Balanta, Fula, Mandinga, Mancanhe, Bidjugu–etc. Podendo ser verificadas em todo o território nacional sob diferentes aspectos da predominância em termos regionais¹.

O território Guineense foi uma antiga colônia portuguesa denominada na altura como Guiné-Portuguesa, invadida no fim da primeira metade do “séc. XV”. Está invasão, subjugação e exploração teve duração de 527 anos, ou seja, a dominação política e econômica da Guiné-Bissau por parte de Portugal teve duração de cinco séculos. Após vários anos de subjugação, o povo bissau-guineense conseguiu proclamar sua independência no ano 1973 e um ano mais tarde reconhecida pela república portuguesa como independente em 1974. A democracia é

¹ São considerados dialetos. Disponível em:
<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1819/1/CIRO%20LOPES%20DA%20SILVA%20TCC%20artigo.pdf>

entendida como processo da participação do cidadão através do sufrágio, para escolher o representante que possa decidir pela maioria dentro do parlamento. As dinâmicas de transição da democracia na Guiné-Bissau começaram a ter lugar no início dos anos 90, tendo como precursores os líderes do partido único PAIGC. Mas desde o momento da sua implementação e a realização das eleições de 1994, o país continua apresentado rupturas constantes com diferentes acontecimentos, como assassinatos, corrupção, superfluidade do sistema judicial, espancamentos dos ativistas civis e políticos, insensível funcionamento das instituições públicas e políticas, os órgãos da soberania, a polarização dos discursos políticos, e o mais crucial, a ingerência dos militares na esfera política continua sendo habitual tanto quanto os momentos do partido único.

2 JUSTIFICATIVA

O renascimento africano é conhecido nos períodos das libertações e independências dos países africanos, sem exceção da Guiné-Bissau, na qual os objetivos dos Estados independentes estavam atrelado ao crescimento econômico e o desenvolvimento, sem deixar de lado os problemas sociais e políticos que estes enfrentavam. O governo guineense na altura era tido como ardiloso e estratégico fundamental para ocorrências das mudanças desejadas. Mas os resultados almejados tornaram-se infrutíferos ou sem sucesso. A terceira onda da democratização que chegou ao continente africano com intuito de reverter os paradigmas governamentais em busca de uma sociedade equitativa ou igualitária, a liberdade de expressão contra as outras formas de opressão e violência, e o débil funcionamento das instituições. Esta que tinha como propósito de reverter as situações sociopolíticas, está cada vez tornando difícil a sua consolidação na Guiné Bissau.

Ora, o motivo da escolha deste tema está centrado em três eixos: o primeiro está ligado ao tema, que por muito tempo tem sido um campo de debate por muitos atores sociais e políticos guineenses, mas que também merece a minha atenção, preocupação e consideração enquanto cidadão guineense e estudante das áreas humanas. Considerando estes aspectos, esta temática despertou mais interesse por minha parte depois de ter cursado as disciplinas da Sociologia Política e a Geopolítica do poder na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), na qual durante o semestre desencadeamos várias discussões a respeito da democracia e de outros temas atrelados ao fenômeno.

O segundo eixo, tem haver com vários discursos políticos voltados a democracia, como se fosse a democracia se resume só aos processos eleitorais. Também por outro lado, está a proliferação dos partidos e a polarização dos discursos políticos, má funcionamento das instituições, a ingerência dos militares na política e a impunidade do poder judiciário. Portanto, este trabalho se projeta nas discussões atuais sobre o entendimento do que é a democracia e a sua subversão enquanto modelo do regime, mas sobretudo buscar contextualizar os erros do modelo democrático guineense e posteriormente colaborar para a restabelecimento da democracia guineense.

No terceiro e último eixo da justificativa, ou seja, dentro do plano acadêmico, a magnitude deste trabalho justifica-se pelo fato de ser uma temática empreendida e legitimada mas há pouco conhecimento por parte dos guineenses, porém o seu conhecimento é muito fundamental para evitar as interrupções constantes. Nesse seguimento, um estudo como nosso, que visa analisar e compreender origens e os motivos da recorrente instabilidade democrática e mapear os possíveis fatores que entram a consolidação da democracia e posteriormente contribuir para o alcance de uma sociedade sólida e democrática. Por conseguinte, espera-se que este projeto colabore e coadjuve socialmente, da mesma forma que pode ser como um dos ferramentas da leitura e compreensão dos erros do nosso modelo democrático. Ademais este projeto vai ajudar os futuros estudantes e pesquisadores desta temática no que tange a facilidade dos seus trabalhos.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Conforme já exposto acima, a natureza do nosso projeto e pesquisa está voltada para compreensão do porquê que a democracia na Guiné Bissau esteve e está em constante instabilidade desde 1994 até maio de 2022, tendo como eixo central as rupturas constantes do regime a partir de um panorama mais amplo da análise. Ora, vale salientar que a democracia é um tipo de regime político não tenro, pois já teve sua existência desde século V na Grécia antiga concretamente em Atenas. Depois que a Guiné Bissau se libertou do colonialismo português e conseguiu proclamar sua independência em 1973, reconhecida pela República de Portugal em 1974, começaram as novas trajetórias para a construção de uma nova Guiné pelos próprios Guineenses.

Passados anos na tentativa dessa construção, o país deparou-se com várias crises, nomeadamente o golpe de 1980 e as crises econômicas. Nos meados de 80, sob comando de

João Bernardo Vieira (Nino), o país esteve assentado e adscrito às estruturas do socialismo, isto porque, a ex-URSS² teve um grande contributo para a libertação do país. Para Hobsbawn (2007), os sistemas soviéticos fracassaram porque não havia trânsito de mão dupla entre os que tomavam as decisões no interesse do povo e os que recebiam como imposição. O Cardoso (1995), vai afirmar que, quando em 1989 se desencadeou o processo de desmoronamento do sistema socialista europeu, seguindo-lhe uma perda de credibilidade dos países que representavam, criou-se condições propícias para que os países ocidentais pudessem propagar a ideologia liberal como não só a única digna de crédito, como também o único modelo a seguir.

Sob olhar dos países desenvolvidos, principalmente os ocidentais, muitos países foram assediados a aderirem o modelo e regime democrático inclusive a Guiné Bissau, posto que mesmo com os regimes monopartidários não conseguiram alcançar os patamares desejados. Em 1990, a Guiné Bissau começou os processos da aderência do modelo democrático multipartidarista. Quanto a disseminação da democracia pelos países ocidentais, Hobsbawn (2007), afirma que:

Essa ideia não é apenas quixotesca: é perigosa. A retórica que envolve essa cruzada implica que tal sistema é aplicável de forma padronizada (ocidental), que pode ter êxito em todos os lugares, que pode remediar os dilemas transnacionais do presente e que pode trazer a paz em vez de semear desordem. Não é verdade (HOBSBAWN, 2007, p. 116).

O fato é que até os dias atuais desde aderência da democracia na Guiné Bissau parece existir mais desordem e cultivo do ódio. Ainda este autor fez a questão de reiterar que essa concepção subestima e desdenha a complexidade do mundo, na qual podemos notar uma grande diferença do que é o ocidental e do que as sociedades africanas vivem.

No entanto, vale destacar que desde que a Guiné Bissau optou pela democracia, que muitos acreditavam ser uma situação para erradicação da ditadura militar, autoritarismo e do governo, Keck (2010), sem fugir dessa lógica comum sobre a democracia sublinha que, outros observadores estrangeiros viam a difusão das ideias democráticas como uma feliz substituição do obscuro processo pelo qual o autoritarismo se espalhara pelo continente nas décadas anteriores. Mas, mesmo assim, o país vem vivendo constante instabilidade quase em todos os setores até nos dias atuais. Portanto, sob este quesito trouxemos algumas questões que acreditamos ser pertinentes para estruturação e feitura deste trabalho: seria está subestimação da complexidade sugerida pelo Hobsbawn o motivo da instabilidade constante do regime

² URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

democrático desde 1994 até aos dias atuais? E como explicar esse fenômeno? Outra questão é, será que exercer o poder sob a vontade do povo ao invés da própria vontade que está na origem das rupturas constantes do modelo democrático? O que cessou a ardente vontade da autodeterminação dos políticos guineenses em contínua busca da unidade nacional, equidade social e consolidação da democracia como foi com o processo da mobilização para a luta da independência? Poder? Dinheiro?

4 HIPÓTESE

H1 – Deduzimos que, o PAIGC enquanto Partido-Estado que conduziu todo o processo da democracia, subestimou a complexidade da sociedade guineense em termos socioeconômicos, étnico-cultural, educacional e de si mesmo enquanto instituição com problemas internas em prol do benefício advindo das organizações financeiras internacionais.

H2 – Ao subestimar o processo da educação cívica e cidadania geraram cidadãos ignorantes e descompromissados concomitantemente com a classe política corrupta, cidadãos néscios que idolatram políticos. Por outro lado, a complexidade étnica criou uma ambiguidade tanto para os cidadãos quanto para a classe política que muitas vezes recorrem ao voto étnico para se eleger. Todo esse processo, nos dias atuais brotou um imbróglio dentro da classe política e suas instituições, assim como os três poderes em função: executivo, legislativo e judiciário.

H3 – A herança colonial portuguesa herdada pelo PAIGC, e a forma como este tem manuseado o poder, fez com que todos os partidos opositores que ganharam as eleições após a democracia perderam a confiança em relação aos outros e se tornaram opressores, como o PAIGC havia sido. O passado anátema criado pelo PAIGC e os militares é ainda resquícios para certos partidos políticos.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

- Compreender as origens e os motivos da recorrente instabilidade democrática e mapear os possíveis fatores que entravam a consolidação da democracia na Guiné-Bissau, no período entre 1994 à maio de 2022.

5.2 Objetivos Específicos

- Compreender como se deu o processo transitorial do regime único (monopartidário) para o regime democrático (multipartidarismo).
- Analisar quais foram as causas e motivos da decadência do regime monopartidário.
- Analisar qual é o papel das instituições e a sociedade civil na busca consolidação da democracia.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É sabido que a década de 60 foi marcada por vários acontecimentos nos países do continente africano, um desses problemas foi a recente saída de muitos Estados da colonização direta, recheado das profundas crises em todas as estruturas governamentais e políticas desses países em busca da construção e da consolidação do Estado-Nação. Posto isto, ~~o~~ Cardoso (1995), afirma que, nessa mesma altura a África encontrava-se mergulhada numa profunda crise econômica. Alguns países como a Guiné Bissau, o Gana, a Costa do Marfim, o Senegal vinha tentando ultrapassar está crise apelando às "ajudas" de organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Ora, a despeito de nosso estudo estar centralizado nas constantes rupturas do regime democrático na Guiné Bissau, depreendemos que seria primordial e impreterível uma análise sobre a Guiné-Bissau pós-independência e os percursos trilhados para a manutenção e busca da estabilidade, em seguida faremos uma análise sobre a transição. Logo após isso, é imprescindível uma abordagem teórico-conceitual sobre a democracia e seus fundamentos, assim como catalogar os fatores de entrave da democracia na Guiné Bissau até os dias atuais.

6.1 Pós-independência à liberalização

Pós-independência culminou com a proclamação do PAIGC como Partido-Estado, cujo o símbolo da sua representação permanece até aos dias atuais como a bandeira da Guiné Bissau. Para Té e Monteiro (2020), a proclamação do PAIGC como partido-Estado e força dirigente da sociedade, trata-se da instalação de um poder elitista, com um pendor concentrado nas mãos de um grupo de pessoas. Cardoso (2004) relega que, aquilo tratava-se de complementação do monolitismo em relação à sociedade com a sua consolidação. Após o colapso do modelo

socialista adotado pelo PAIGC³, Cardoso (1995), assegura que o país caiu nas entranhas das teorias modernistas do desenvolvimento, isto é, baseadas no paradigma da modernização, em que o desenvolvimento é visto numa perspectiva evolucionista e definidos em termos de diferenças observáveis entre países ricos e pobres. Ou seja, sob olhar explicitado pelo Mudimbe (2019), a estrutura do poder emergiu no sistema dicotômico, ou seja, oposições paradigmáticas: o que era tradicional passava para o moderno. Segundo Cardoso (1995, p. 261) a semelhança do que aconteceu noutros países em vias de desenvolvimento, esta prática contribuiu para desarticular as estruturas tradicionais de produção agrícola e artesanal no campo, no intuito de as substituir por formas modernas de produção.

Neste âmbito, a Guiné Bissau condescendeu a proposta dos programas de Estabilização e de Ajustamento Estrutural (PAE) em 1983. Segundo Cruz (2007, p. 27), os PAE caracterizam-se por um processo de ajustamento das estruturas de produção e do emprego de uma economia nacional, face às alterações das condições económicas ou de comércio internacional. Referem-se a um conjunto de reformas de política económica recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) como condição para o acesso a empréstimos e destinado a fomentar mudanças estruturais nos países em desenvolvimento, afetados com problemas como a dívida externa. Cardoso (1995), sustenta que na primeira fase, os objetivos principais deste Programa consistiam em corrigir os desequilíbrios financeiros e em superar os obstáculos estruturais ao crescimento. Esta nova orientação traduziu-se concretamente numa liberalização dos preços, numa desvalorização massiva do peso (no momento era moeda nacional) e na adopção de um sistema de câmbio flutuante.

Ora, vale ressaltar que foi uma boa tentativa para recompor a estrutura económica vigente do país na altura, mas por pouco tempo, tornou-se impropério, devido à sinuosidade dos objetivos anteriormente traçados. Posto isto, Cardoso (1995), aponta que, o Estado tinha-se endividado muito rapidamente em relação aos seus principais parceiros de desenvolvimento, e que os novos ricos tinham contraído dívidas supostamente para investir no desenvolvimento da economia, mas no fundo o que se criou foi uma nova classe de ricos, com alguma liquidez, mas sem uma base económica sólida.

Esse endividamento trouxe um impacto muito negativo para a sociedade, em contrapartida via-se o crescimento da pequena burguesia, com as medidas de liberalização. Como acrescenta Cardoso (1995), criou-se uma nova aliança entre a burocracia do Estado e os

³ PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, é o partido que mobilizou as pessoas para engajarem no processo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau contra o regime colonial português, e é também o maior partido com assento parlamentar atualmente.

restantes sectores da pequena burguesia em detrimento das antigas, ou seja, foi construída um empecilho entre a intelectualidade e o campesinato. Para Faoro (2001), este fenómeno é caracterizado de patrimonialismo. Quando a elite dominante encaixa dentro da lógica de dominação legal ou burocrático, começa a agir como se fosse o poder público pertence a ele. E para Holanda (1995), esta prática ganha um conceito de (Cordialismo) homem cordial. Neste caso, a cordialidade não possui o mesmo sentido com o de Santo (padre), mas àquele que age com sentimentos além da racionalidade no poder público. O Estado passa a ser patrimonialista, o indivíduo ocupa o poder e age como se fosse num ambiente doméstico. Posto isto, Cardoso (2004), reconhece que;

A elite política atual sofre, por isso, de duas heranças negativas: de uma política repressiva colonial que não deixou que se desenvolvesse uma elite política autóctone e mais tarde, do Estado pós-colonial que, por causa de uma política repressiva de partido único, não permitiu igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma e muito menos a constituição de uma classe política independente do partido único (CARDOSO, 2004, p. 13).

Té e Monteiro (2020) apontam que, com alguma margem de segurança, pode-se afirmar que a concentração do poder pós-independência privilegiou a elite política e o conceito da nação não dialogou com os pressupostos anteriores pensados, prioritariamente, para inclusão dos valores endógenos nas estruturas da nação. A construção da nação pós-independência baseou-se numa herança do sistema colonial português. É importante salientar que, nessa altura o Estado servia de instrumento da dominação da burguesia, como aponta Marx (1993).

Após o golpe de 14 de novembro de 1980, viu-se as alterações institucionais, com um acúmulo de super poderes ao presidente da república, isto é a eliminação do posto de primeiro-ministro (Cardoso, 2004, p.12). Portanto, o que não se esperava começou a ser uma preocupação bastante dentro do partido, ainda este autor aponta que, ao contrário do nascimento da burguesia nacional impulsionada pelo presidente, começou a destacar-se os movimentos de alguns quadros com influência notória nos lugares das tomadas de decisões, o que possibilitou o destronamento dos centros das decisões nos sítios de costume (ANP, PAIGC e GOVERNO) para outros sítios e culminou com a redução das bases do sistema “Bonapartista presidencial”. Portanto a partir desta fase, a sociedade e os membros desfavorecidos do PAIGC tinham constatado a irregularidade do governo e ganhado uma nova consciência de colocar em pauta a democratização.

6.2 Fase de transição Democrática

A democracia chegou a África como uma alternância dos modelos de governança anteriores e como uma demanda internacional para a obtenção das relações recíprocas viáveis e saudáveis, assim como às ajudas financeiras. Keck (2010), salienta que, os regimes de transição enfrentavam dívidas externas assombrosas, pressões para implementar programas de estabilização do FMI, baixas taxas de crescimento interno e, frequentemente, índices astronômicos de inflação.

Para transição entende-se o período de duração extremamente variável que transcorre entre a queda de um regime e a tomada de controle das redes de poder por parte do regime que vem a substituí-lo (Vitullo, 2001, p. 53). Este autor busca mostrar que o processo de transição nunca é estático, varia de vez em quando, podendo ser hoje uma transição para a democracia e noutro dia a transição para um outro estilo de modelo de governança. Outrossim, contextualizar a transição do regime implica falar sobre o conjunto das regras e disposições legais que norteiam a forma como um país pode e deve funcionar com as suas instituições. No clássico dicionário da ciência política, Bobbio (1998), vai dizer que;

Por Regime político se entende o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições. As instituições constituem, por um lado, a estrutura orgânica do poder político, que escolhe a classe dirigente e atribui a cada um dos indivíduos empenhados na luta política um papel peculiar (BOBBIO, 1998:1081).

No caso concreto da transição democrática, esta é considerada terminada quando o novo regime logra instituições regulares e uma constituição majoritariamente acatada e quando as novas autoridades conseguem impor sua supremacia aos militares ou às nomenclaturas que anteriormente detinham o controle do aparelho estatal (VITULLO, 2001, p.53).

Sob esta perspectiva do autor é convém interpelamos o seguinte: Será que após a transição democrática na Guiné Bissau, existe ainda uma supremacia aos militares? Gomes (2010) demonstra que, o Estado da Guiné Bissau carece de mecanismos institucionais com poderes para promover a neutralidade política das forças armadas revolucionárias do povo (FARP).

Em razão disso, verifica-se uma promiscuidade entre o poder político e os militares de tal sorte, que aqueles perdem moral diante destes para impor e fazer cumprir determinadas condutas. As intervenções das FARP na vida política, não resultam apenas no quase confisco de poder civil, mas tem gerado tendências a criação de uma nova classe, com fortes influências na administração do Estado e na vida econômica e implicações no tráfico de drogas (GOMES, 2010, p.13).

A luz desta autora constata-se que os fatos são opostos ao que uma transição democrática sugere, e é comum detectar que não houve período nenhum da deterioração da base social do poder autoritário militar. O processo de transição na Guiné Bissau apresentou nas literaturas guineenses uma grande complexidade envolvendo os atores políticos que compõem o partido único. Para a abertura democrática na Guiné Bissau era necessário movimentar dois eixos⁴ pela estrutura autoritária que governava o país: a queda dos dois artigos e a revisão da constituição devido a acumulação dos super poderes pelo presidente após o golpe de 1980. Assim, no dia 5 de maio de 1991, foi extinto o artigo IV que legitimava o PAIGC como a força política dirigente da sociedade e do Estado e o VI artigo que dava ao PAIGC como expressão suprema da vontade soberana do povo. Um período marcado pela sobreposição com a liberalização política, configurando um complexo processo de imbricação entre as dimensões econômicas, sociais e políticas (CARDOSO, 2004).

Té e Monteiro (2020), apontam que para o cumprimento das exigências do modelo democrático era necessário a criação das leis que abrissem a possibilidade dos cidadãos para a participação política e das leis que assegurassem os direitos fundamentais num Estado Democrático de Direito. Neste âmbito, caiu por baixo através da lei 1/91 de 29 de maio que permitiu a revisão da constituição de 1984. Estas leis marcaram a legalização e criação de vários partidos políticos para disputar o poder no plano político e ideológico.

As primeiras eleições gerais na Guiné Bissau aconteceram em 1994, com o PAIGC saindo como vencedor. Muito diferente dos outros países que vivenciaram o mesmo processo da transição democrática, a oposição mostrou-se descontente, mas sobretudo organizaram básica e estruturalmente para as eleições, exemplo disso é Cabo Verde⁵.

Para Evora (2001), a grande maioria dos regimes democráticos que surgiram na terceira onda da democratização tem demonstrado pouca possibilidade de se consolidarem. Muitos desses regimes se estagnaram, transformando-se em democracias eleitorais ou minimalistas”. Este é um problema da democracia guineense até os dias atuais, não apresenta a perspectiva da inclusão dos problemas sociais dentro do plano governativo.

6.3 Contextualizações da democracia enquanto valor universal

⁴ Té & Monteiro (2020, p. 220)

⁵ Evora (2001), Em Cabo Verde as primeiras eleições foram vencidas pelo partido da oposição, como respostas de desabafo ao regime autoritário.

A Guiné-Bissau viveu sérios problemas antes da democracia e após a implementação da democracia continua com os mesmos problemas. Para fazer um diálogo conciso sobre as rupturas, é necessário uma análise linear e não atentar ao tempo breve, como sugere o Fernand Braudel (1965). O embate entre as duas superpotências, EUA e o ex-URSS (Capitalismo vs Socialismo) com a derrota desta segunda⁶, foi um grande marco da mudança dentro do cenário político e econômico no mundo na década de 1990. Para Mendes (2010), foi neste contexto que a Guiné-Bissau, não escapuliu a implementação do sistema econômico capitalista e conseqüentemente a transição do seu regime político para a democracia. Ainda este salienta que, o país contudo não tinha solucionado os seus principais problemas, sendo estes, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Existe diversas concepções da democracia no geral. Segundo Kelsen (2000, p. 140), a essência do fenômeno do termo democracia era a participação dos governados no governo, o princípio da liberdade no sentido da autodeterminação política. Para Djaló e Langa (2017), na contemporaneidade a democracia é entendida como regime político que se forma a partir das escolhas livres e conscientes da maioria da população. Por isso, a democracia hoje não se restringe só no campo político, mas se manifesta em várias vertentes sociais. Dada a tensão exposta acima entre as duas potências, é de referir que a Guiné-Bissau adotou a democracia liberal. Para Resque e Junior (2017), a democracia liberal, apresentou ao mundo como uma panacéia dos conflitos sociais. Destacando características como:

a existência de um sistema representativo e majoritário de tomada das decisões, baseado na ideia de igualdade moral e de oportunidades na participação da vida política entre todos os indivíduos, o que conduz ao direito ao sufrágio universal e igual; o uso da deliberação racional como forma de participação semidireta de cidadãos razoáveis capazes de decidir os rumos da comunidade; um individualismo ético que faz emergir a ideia de direitos fundamentais invioláveis, base do constitucionalismo contemporâneo e do advento de estratégias contra-majoritárias, como o controle judicial do legislativo e a noção de tolerância[...]sem violar as liberdades dos demais cidadãos. (RESQUE & JUNIOR, 2017, N/P).

Macpherson (1978), aponta que de modo geral, a democracia liberal significa a democracia de uma sociedade capitalista. Para este autor, "liberal" pode significar a liberdade do mais forte para derrubar o mais fraco, mas também, pode significar de fato igual liberdade para todos desenvolverem suas capacidades em prol do desenvolvimento. Ainda este mostra que a maior dificuldade que a democracia liberal enfrenta é a combinação dessas duas faces que a mesma apresenta.

⁶ Hobsbawn (2007, p.26)

Sob esta análise da democracia, Kelsen (2000), sublinha que, na Grécia antiga, o Aristóteles e Platão, chamavam atenção para o fato de que um governo do povo, enquanto este exercido pelos homens inexperientes no que tange as práticas governamentais, sem conhecer os reais problemas da vida política, estes governantes podem estar muito distante de governar sob interesse do povo, e revelar-se contra o povo. Este ainda desvenda que na realidade "Governo para o povo" não é a mesma coisa que "Governo do povo".

Em razão disso, Djaló & Langa (2017), afirmam que após a realização da primeira eleição e segunda eleição geral na Guiné Bissau, tendo o PAIGC como vencedor na primeira, e o seu candidato João Bernardo Vieira (Nino) como presidente da República, não conseguiram nenhuma mudança em termos socioeconômicos, da mesma forma aconteceu com o partido opositor PRS (Partido Renovação Social) em 1999 como vencedor da segunda, com o seu candidato Kumba Yala, como o presidente da República e que mais tarde foi derrubada pelo golpe de Estado. O falecido presidente da Líbia, Muammar Al Qathafi (2002), no seu livro verde, compartilha a sua visão da democracia, em que para ele, esta não passa de uma aparência ou simples ilusão, da qual as pessoas esperam as longas filas para escolher um representante, que na realidade usurpa a soberania do povo, agindo em seu lugar, porque o parlamento concede a este uma imunidade, que por outro lado nega aos simples cidadãos. No entanto afirma;

A assembleia parlamentar é uma representação enganadora do povo e os regimes parlamentares constituem uma solução enganadora do problema da democracia; a assembleia parlamentar apresenta-se, como representante do povo, mas esse fundamento, em si, não é democrático, porque a democracia significa o poder do povo e não o poder de um substituto... O fato da existência de uma assembleia parlamentar significa a ausência do povo [...] As assembleias parlamentares excluem as massas do exercício do poder e, ao usurparem a soberania popular em seu proveito, tornam-se numa barreira legal entre o povo e o poder (QATHAFI, 2002, p.11).

Em outras circunstâncias as análises feitas pelo Qathafi (2002), sobre a representação do povo fazem sentido. Mas para o filósofo e político Kelsen (2000), a representação do povo significa, pois a relação constituída por eleição, entre o eleitorado e os eleitos. Sendo assim, ele adverte;

Se definirmos a democracia como um sistema político através do qual a ordem social é criada e aplicada pelos que estão sujeitos à ordem, de tal modo que a liberdade política, no sentido de autodeterminação, esteja assegurada, então a democracia, necessariamente, em todas as circunstâncias e em toda parte estará a serviço desse ideal de liberdade política [...] como a liberdade de consciência, liberdade de imprensa, etc., então a democracia necessariamente, em todas as circunstâncias e em toda parte, também estará a serviço desse ideal de liberdade intelectual. (KELSEN, 2000 p. 144)

Neste caso, se persistimos na asserção de Kelsen (2020), perante sua abordagem sobre a democracia, na qual ressalta sobre a autodeterminação da liberdade política, deveria ser entendida como uma ligação a livre vontade de operação e das escolhas políticas. Na base desse entendimento, a interferência nesses aspectos, principalmente a liberdade da consciência e da imprensa implica afirmar que tais atores políticos não possuem uma convicção democrática. Para Barreto (2006, p. 16), analisando a obra de Joseph Schumpeter, aponta que para Schumpeter, “a doutrina clássica entende a democracia como um método para chegar às decisões políticas que atendam a um bem comum estabelecido pela vontade do povo”. Na concepção de Robert Dahl (2005), para maioria dos Estados-nações existentes, as instituições devem considerar aptos 8 fatores para fornecer e se considerar democrático o sistema político, entre eles:

1) Liberdade de formar e aderir as organizações; 2) Liberdade de expressão; 3) Direito de votar/escolher; 4) Elegibilidade para cargos públicos; 5) Direito dos líderes disputarem apoios/votos; 6) Fontes alternativas de informação; 7) Eleições livres e idôneas; 8) Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam das eleições e de outras manifestações de preferência; (DAHL, 2005, p. 27).

6.4 As eleições gerais multipartidárias (1994 - 1999) e as rupturas da democracia

A queda do artigo IV da constituição da república, proporcionou a criação de vários partidos para a disputa ao poder, portanto, a primeira eleição geral multipartidarista na Guiné-Bissau marcada em 1994, vencida por PAIGC e o seu candidato apoiado João Bernardo Vieira (Nino) para o cargo da presidência, possibilitou-lhe a oportunidade de formar um governo com base nos resultados proveniente das urnas. Djaló e Langa (2017), frisam que, as eleições aconteceram quando ainda Nino era presidente, acumulando poderes como secretário geral do PAIGC, chefe de governo e ainda por cima era o candidato à presidência. Nesse ínterim, o que podia ser uma grande oportunidade vantajosa para os partidos da oposição transformou-se em farpas, ingredientes de insultos e acusações constantes. Segundo aponta, Cardoso (1995), estes se consideravam como adversários políticos. Ainda este autor, salienta que o PAIGC criou as dificuldades para os partidos da oposição, pois ainda eram os tutelares dos órgãos de soberania, vê-se o silêncio da imprensa no decorrer das campanhas eleitorais. Perante estes acontecimentos, implica afirmar que a democracia guineense no seu primeiro momento da afirmação sofreu uma ruptura em termos dos moldes que a caracteriza, nesse caso a transparência, mas sobretudo a liberdade de imprensa. Carvalho (2010), na sua dissertação afirma que, perante as circunstâncias que assolava o país, não demorou muito tempo para que

o segundo golpe de Estado acontecesse no país, golpe este comandado pelo ex-chefe de estado maior general das forças armadas (CEMGFA) brigadeiro Ansumane Mané, em 7 de Junho de 1998, o que desencadeou uma guerra civil que durou 9 meses e ceifou vidas humanas, foi o primeiro golpe de Estado após a instalação do regime democrático e segundo na história do país. Segundo Teixeira (2008) a derrubada do presidente contou com apoio dos militares da etnia Balanta, na qual correspondia 24% de toda a população nacional, e foram principais auxiliares de Amilcar Cabral no processo da luta de libertação. A revolta desses foi por causa da exclusão dos mesmos no governo de Nino, mas sobretudo o assassinato de dois dos líderes políticos destes em 1985, nomeadamente o Viriato Pã e Paulo Correia. Após este incidente, Mendes (2008) sublinha que;

A Guiné-Bissau conheceu depois do fim da guerra de 1998/99 uma situação económica, política e social que afetou negativamente às condições de vida das populações. O produto interno bruto (PIB) só progrediu de 1% entre 2000 e 2004. A forte instabilidade que assolou o país não permitiu orientar a gestão pública no sentido da procura de vias e meios que permitirão atacar os desafios do desenvolvimento do país, particularmente àqueles ligados a luta contra a pobreza e a realização dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (MENDES, 2008 p. 42).

Perante aos ingredientes de insultos e buscas insanos pelo poder dos partidos da oposição, Teixeira (2008), sublinha que foi dentro deste cenário da fragilidade política que estes partidos políticos não repudiaram a violência e assalto ao poder pela força, e os mesmos deram um vasto apoio aos militares que derrubaram o governo, com o objetivo de maximizar suas possibilidades eleitorais nas seguintes eleições. E deste modo, não houve um engajamento sério destes partidos para a promoção da paz e a retomada da normalidade. E ainda este salienta que Kumba Yala, o presidente do principal partido da oposição participou ativamente do golpe, assim como os membros do PAIGC descontentes com a política de Nino. Com a realização das segundas eleições presidenciais e legislativa, em novembro de 1999, Kumba Yalá foi eleito para presidente da República, e o seu Partido (PRS) para o legislativo. O mandato deste, segundo Carvalho (2010), foi marcado pela promoção de grupos étnicos para se manter no poder, além de sucessivos envolvimento em escândalos financeiros. Sob este quesito, Mendes (2008), afirma que;

De 2000 a 2003, a instabilidade governamental atingiu todas as instituições da República. O poder executivo tornou-se instável com a sucessão de governos que não tiveram tempo suficiente para realizar ações duráveis. A interdependência do poder presidencial, judicial e legislativo deixou de ser uma realidade e foi substituída por conflitos a dissolução do parlamento. A desorganização do aparelho de Estado provocada por estes conflitos institucionais tornou-se num dos maiores obstáculos

para a implementação de políticas econômicas e sociais coerentes, provocando uma recessão que agravou sequelas da guerra (MENDES, 2008, p.45).

A democracia guineense chegava à um estágio em que a falta de dinheiro prejudicou nas tomadas decisões. E a questão mais grave foi que durante este momento na Guiné-Bissau, entre governo e sai governo, grande parte da esfera populacional não era prioridade nenhum para um governo, no que toca as políticas públicas, como saúde e educação. Estes governos passaram tempos na manutenção dos seus *status quo*.

6.5 A luta pela chegada ao poder e olho por olho na democracia

Durante vários episódios que aconteceram, parece que a classe política guineense não aprendeu com tudo isto para evitar que houvesse outros acontecimentos que possam estagnar o país que ainda luta pela consolidação da sua democracia. Segundo Mendes (2008), em 2000, um conflito militar opõe Ansumane Mané à Kumba Yala, e este por fim resultou na morte do general Ansumane Mané. Sob esta turbulência, em 14 de setembro de 2003, a República da Guiné-Bissau conheceu o segundo golpe de Estado, após três anos de Kumba Yala no poder, comandado pelo general Veríssimo Seabra, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas desde a queda de João Bernardo Vieira, o qual mantinha uma relação recíproca e saudável com o ex-presidente deposto. De acordo com Teixeira (2008), os sucessivos golpes de Estado e disputas étnicas durante a democratização dividiram as Forças Armadas em três grupos étnicos lutando pelo poder (Balanta, Pepel e Mandinga). Posto isto, Carvalho (2010), afirma que;

Questões dessa natureza tornam o processo político mais suscetível a disputas e ao conflito, acirrando as diferenças culturais (étnicas) no seio da sociedade civil organizada. Além do mais, a conquista do espaço por parte dos grupos organizados em torno de fatores étnicos e não ideológicos ou programáticos fizeram com que alguns grupos sociais não se sentissem, de fato, incluídos e representados na organização política (CARVALHO, 2010, p. 50).

Após derrubada de Kumba Yala em 2003, a Guiné-Bissau viveu uma situação conturbadora da intolerância e do medo de que os assassinatos voltassem a ter espaço dentro da esfera política assim como militar. Segundo Teixeira (2008), em 2004, quando a Guiné-Bissau viveu a sua terceira experiência democrática, através das eleições legislativas, tendo Carlos Gomes Junior como vencedor, candidato do PAIGC, assumindo o cargo do primeiro Ministro. Ainda este autor sublinha que para assumir a presidência da República, Henrique Rosa teve apoio da igreja católica e empossado pelas chefias militares. Entramos num momento crucial

da democracia com as intervenções militares e da religião na política. Ainda nesta senda da insegurança e ações de olho por olho, Mendes (2008), certifica que, um levantamento militar saldou o general Veríssimo Seabra no dia 6 de outubro de 2004, em seu lugar foi anunciado o general Tagme Na Waie. Esses militares foram apontados pelo Teixeira (2008), como o grupo que participou do programa de paz da ONU na Libéria, acusados de corrupção e de promoção arbitrária no interior das Forças Armadas. Passado o ano de 2004 com tumultos, em 2005 todos os caminhos deram à uma nova eleição, desta vez foi as presidenciais. Na análise do Sociólogo Teixeira (2008), após seis anos do exílio do João Bernardo Vieira em Portugal, voltou para as eleições e venceu a disputa graças a aliança que o mesmo mantinha com o PRS (Partido da renovação Social) assim como o PUSD (Partido Unido Social Democrata) dos quais foram excluídos do governo liderado pelo Carlos Gomes Junior. Para a desgraça deste devido a exclusão desses dois partidos no governo, os mesmos assinaram um pacto governativo que facilitou o presidente na destituição do primeiro-ministro eleito após um ano como chefe do governo. Assim após a tomada de posse do presidente, em 1º de outubro de 2005, menos de um mês destituiu o Carlos Gomes Junior no dia 28 de outubro de 2005 e por conseguinte nomeou Aristides Gomes no dia 2 de novembro do mesmo ano, como primeiro-ministro. Bobbio na teoria geral da política exprime que, o fundamento de uma sociedade democrática é o pacto de não-agressão de cada um com todos os outros e o dever da obediência às decisões coletivas tomadas com base nas regras do jogo de comum acordo preestabelecidas, sendo a principal aquela que permite solucionar os conflitos que situação sem recorrer à violência recíproca (BOBBIO, 2000, p. 384-385). As incertezas e insegurança sempre foram presentes dentro do quadro político guineense, desde o momento da independência. olho por olho, foi um processo marcado pelas vinganças e ódios entre os políticos guineenses, as etnias e militares. A deposição do Nino gerou a morte de Ansumane Mané, assim como o golpe de Kumba Yala ocasionou a morte do Veríssimo Seabra, não inclusão do PUSD e PRS no governo possibilitou a destituição do Carlos Gomes Junior. Nota-se que, até o momento esses problemas giram em torno das complicações étnicas e da intolerância. Seguida destas retaliações e o governo destituído vencedor das eleições legislativas de 2004, em 2008 foram organizadas de novo as eleições legislativas na qual o PAIGC saiu o vencedor, tendo Carlos Gomes Junior como candidato que assumiu o cargo do primeiro-ministro. Segundo Djaló & Langa (2020), este começou as suas funções no janeiro de 2009, com a intenção de retaliar. No primeiro e segundo dia do mês de março do mesmo ano, foram assassinados o Presidente da República João Bernardo Vieira Nino e o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, General Tagme Na

Waie. Esta característica de retaliação adquirida durante o processo da independência e depois da independência, destruiu os moldes democráticos enquanto um processo que busca a sua consolidação. Se tivesse invertido esta característica, ajudaria a construir o próprio Estado e a democracia guineense. “Nesse mesmo ano de 2009, também foram assassinados no dia 4 de junho, o ex-ministro de Defesa Nacional Hélder Proença e o ex-ministro da Administração Territorial e também candidato as eleições presidenciais Baciro Dabó” (HANDEM & RODRIGUES, 2009, p. 199-200, *apud* MENDES, 2010). Qual é o papel do poder judiciário perante estas atrocidades?

No Estado de direito com base nos seus fundamentos não se pressupõe fazer justiça por mãos próprias a fim de acertar as contas. Para primeira mulher candidata para o cargo do presidente da República Antonieta Gomes (2010), a Guiné-Bissau é um Estado de não Direito, enquanto não estão garantidos os fundamentos que norteiam o Estado de direito como: o direito à vida, à integridade física dos cidadãos, à justiça, à liberdade e à segurança, senão pela Constituição. Ainda esta autora fundamenta que, no país a justiça não é um consenso racional e as leis não se exerce a mesma pressão a todos os indivíduos, ela é seletiva, e por consequência, desenvolve-se uma cultura de assassinatos, com instinto de malvez numa total impunidade. É o direito à vida dos mais fortes contra os mais débeis. Embora o acesso à justiça seja considerado como um direito social fundamental, nas sociedades modernas, a sua efectividade é vaga. Do mesmo modo, aclara o Foucault (1987, p.229), A lei é feita por alguns e se aplica a todos, mas se dirige sobretudo às mais numerosas e menos esclarecidas.

Perante esses atritos é possível supor que o poder judiciário estava cooptado para facilitar as demandas de certo grupo. Um novo escrutínio foi realizado em 2009, Malam Bacai Sanhá venceu, era do partido que estava no governo como executivo, por motivos de doença não conseguiu completar o seu mandato de 5 anos e faleceu em janeiro de 2012 em Paris, por motivos de doença. Para Vicente Mendes (2016), o ex-presidente tinha incorporado o discurso da unidade nacional durante os tempos que esteve no poder e após a sua morte, o substituto dele enfrentaria um dos grandes problemas como apoiar a reforma no setor de defesa e de segurança, assim como lidar com tensões políticas vigente no país. É convém perceber que após essas tensões os militares estavam em ascensão tentando impor as suas prerrogativas em dia e não submeter aos poderes políticos como segura a constituição. Diferentes membros do PAIGC apresentaram as suas intenções ao comitê central do PAIGC com o intuito de decidir quem seria elegível como candidato à presidência da república. Para o cientista social Leonel Vicente Mendes (2016) a responsabilidade cabia a pessoa e fundamenta que;

Carlos Gomes Júnior decidiu que a escolha do candidato, na sede do partido PAIGC, se faria por votação de braço no ar em vez do tradicional voto secreto, uma forma de tornar conhecidos os opositores para em seguida os marginalizar. Mesmo assim, um terço de todos os votantes do PAIGC absteve-se, e alguns membros deixaram o partido para concorrerem como candidatos independentes após de Carlos Gomes Júnior, foi escolhido como candidato do PAIGC à Presidência (VICENTE MENDES, 2016 p. 38).

Prosseguido para as eleições presidenciais de 2012, Carlos Gomes Junior era um candidato muito forte não só pelo apoio do seu partido, mas também no plano internacional. De acordo com (SEABRA, 2012 *apud* Mendes, 2016), não é somente Angola que apoiou Gomes Júnior, no entanto, a renegociação da maioria parte das dívidas externas da Guiné-Bissau no final de 2010, bem como o esforço que ele tinha sido feito para obter apoio multilateral para reforma necessária em setor de defesa e segurança faz com que ele ganhasse confiança considerável por parte da comunidade internacional que o apoiou. Mas tudo isto, não significa que foi fácil devido as polémicas e ódio que o mesmo havia criado dentro do comitê central do partido. Conforme Sousa (2013), no dia 12 de abril de 2012, as Forças Armadas ocuparam a televisão e rádio nacional, a sede do partido (PAIGC) e atacaram com morteiros e granadas a residência do primeiro-ministro Carlos Gomes Junior e conseqüentemente Raimundo Pereira, presidente interino e os dois foram presos. Ainda este autor salienta que, na véspera do golpe, o Kumba Yala, assim como os outros candidatos derrotados na primeira volta, alegaram sob conferência de imprensa que houve ilegalidades por parte de Carlos Gomes Junior, e que não irá participar da segunda volta como havia previsto. 2012 foi um ano muito conturbado para todos os cidadãos guineenses e em todas as esferas públicas, além desse golpe de 2012, havia acontecido intervenções militares em 2010⁷. Para Sousa (2013), um dos motivos que impulsionou o golpe foi;

A participação de Angola no processo de reforma de segurança na Guiné-Bissau, com presença no terreno desde Janeiro de 2011, surge segundo as duas autoridades na sequência dos estreitos laços entre os dois países, das afinidades existentes entre os seus movimentos de libertação e na vontade de ajudar um país irmão [...] As jazidas de bauxite (estimadas em 110 milhões de toneladas) e fosfato despertam a atenção de vários países e Angola procura posicionar-se de forma a obter a sua exploração. Angola negociou em 2009 com a Guiné-Bissau a criação da sociedade Bauxite Angola, pertencente na sua maioria à companhia pública angolana Sonangol. Terão sido investidos 300 milhões USD nesta sociedade recentemente. A estabilidade do país é, por isso, também uma prioridade[...] Esta força militar angolana nunca foi bem vista por todos, e muitos opositores de Carlos Gomes Jr. criticaram a presença de uma força estrangeira no país. Embora com fachada de missão de cooperação, a força angolana à medida que a sua presença se implanta no terreno e o tempo avança, passa

⁷ Vicente Mendes (2016), as intervenções militares de 2010, sob ordem do general Antônio Indjai, prenderam Izamora Induta ex-chefe de exército e Carlos G. Junior primeiro-ministro, poucas horas foram libertados devido a pressão da sociedade civil e a comunidade internacional.

a ter um papel fundamental na defesa de Carlos Gomes Jr. e de outras figuras do Governo (SOUSA, 2013, p. 90-91).

Ainda nesta análise, Sousa (2013), assevera que a partir do momento que os militares sentiram que as suas movimentações e liberdade estava sendo reduzida pelo poder militar que estava na missão em detrimento do acordo assinado, reagiram. E ainda na asserção deste autor, a CEDEAO não via com bons olhos a presença angolana no país, visto que a Guiné-Bissau faz parte dos países da sua zona. Com base nas negociações entre partes envolvidos, com aprovação do CEDEAO, segundo aclara Sousa (2013), no dia 10 de Maio de 2012, Serifo Nhamadjo assumiu a presidência da República, Rui de Barros assumiu como chefe executivo do governo e o Braima Sori Djaló como presidente interino da Assembleia nacional popular para uma transição de dois anos. Também foram a partir desta negociação que a ECOMIB (Militares do CEDEAO) chegou a Bissau para auxiliar o governo da transição e facilitar a saída da missão angolana já que a CEDEAO não via essa missão com bons olhos. Em razão disso, a liga guineense dos direitos humanos condenou a posição do CEDEAO. Segundo o comunicado feita à imprensa pela (LGDH, 2012)⁸ afirma que, “a CEDEAO⁹ não só renunciou o seu estatuto de medianeiro assumindo-se como parte da crise politico militar, mas também desperdiçou uma derradeira oportunidade para se afirmar como uma instituição credível, radicalmente comprometida com os valores que animam a democracia e estado do direito, e não um sindicato de defesa dos interesses geopolíticos e estratégicos dos seus membros”.

Para Sousa (2013), existem três países membros da CEDEAO, que apoiaram o governo de transição;

A Costa do Marfim, não quer Angola na região, o Presidente Alassane Outtara e também actual presidente da CEDEAO, não esquece que após os resultados eleitorais e ao impasse que se seguiu em Novembro de 2010, José Eduardo dos Santos apoiou o seu opositor, Laurent Gbagbo e ofereceu-se para enviar tropas se necessário. Para o Senegal a questão de Casamansa continua na ordem do dia e a entrada de tropas senegalesas no território da Guiné-Bissau, seria a melhor forma de encurralar os separatistas, outra questão que influencia a posição senegalesa é o seu interesse em não perder a primazia que tem ao nível da entrada e escoamento de produtos por via marítima, com a construção do porto em Buba (SOUSA, 2013, p. 95).

É importante salientar que no acordo que Angola teve com o governo da Guiné-Bissau um dos pontos era construir o Porto de Buba, para facilitar a entrada de mercadorias por via marítima. Na verdade o que Carlos Gomes Junior queria era acabar com o poder que o Senegal

⁸ Disponível em: <http://www.lgdh.org/2012/05/comunicado-de-imprensa-liga.html#more>

⁹ Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, é uma organização de integração regional com 15 países da África ocidental na qual Guiné-Bissau faz parte.

detinha no escoamento dos produtos. Neste mesmo ano viu-se uma enorme presença chinesa no país, principalmente a participação destes no processo de exploração e exportação das madeiras. A imposição de um governo de transição a partir da condição dos militares, proporcionou dois anos de muito silêncio na arena política, assim como a imprensa, as perseguições arbitrárias voltaram a ganhar notoriedade. Foi a situação considerada pelo Rapper guineense Masta Tito de *“Fossa Rebenta - Guiné-Bissau i fossa fossa, Guiné-Bissau na fedi fossa, ali Guiné na tchera mas, militares kuna fedisil tipo fossa”*¹⁰. Também por outro lado, é notório constatar que uma das palavras mais temidas pelos militares é a reforma, pois prometia desmantelar todos os esquemas militares.

Consoante os resultados das eleições, 13 de abril de 2014, o PAIGC ganhou novamente as legislativas, enquanto o seu candidato apoiado nas presidenciais José Mário Vaz (Jomav), conseguiu-se eleger na segunda volta. Segundo Té e Monteiro (2020), Jomav na tomada de posse, demonstrou estar significativamente preocupado com os problemas sociais, a pobreza, as instabilidades políticas e econômicas, e prometeu respeitar a constituição e demais leis do país. Este discurso reacendeu as esperanças dos bissau-guineenses acreditando que tudo ficaria mais tranquilo e coerente como o discurso, mas pelo contrário não aconteceu. Jomav usou da sua demagogia para se esquivar do povo. Para Djaló & Langa (2020), a crise de 2014 entre o presidente José Mário Vaz e o Domingos Simão Pereira corresponde as questões pessoais¹¹, e não com corrupção no governo, nepotismo e peculato como alegou o presidente. Os indícios da exoneração do primeiro-ministro havia começado antes da participação da Guiné-Bissau na mesa redonda em Bruxelas, onde teve êxito. Após a saída da missão do governo em Bruxelas, segundo Djaló e Langa (2020), o presidente proferiu o discurso à nação, frisando que "o poder pertence ao povo, mas é para estes exercer-los nas ruas, porque tem os seus representantes no parlamento". A atitude do Jomav fez valer as afirmações de Qathafi (2002) e Kelsen (2000). Também por outro lado, Té e Monteiro (2020), apontam que, houve um apelo da assembleia da República para que o presidente deixasse de lado a intenção de derrubar o governo. Mas este não levou em consideração, até mesmo a moção de confiança foi apresentado ao parlamento no dia 3 de julho e aprovado de forma unânime. Isso mostra o quanto a falta do diálogo entre os partidos e os seus membros, assim como os partidos que compõem as bancadas parlamentares,

¹⁰ É uma música que posicionou contra as intervenções militares em 2012. Disponível em: <https://youtu.be/zlgzlxv-6A>

¹¹ Segundo relatos, o problema envolvia o José Mário Vaz e a esposa do Domingos, Paula Pereira, na altura quando o Jomav desempenhava as funções do ministro das economias e finanças no governo de Carlos Gomes Junior na qual foi deposto em 2012, mas teve a intervenção do Simão enquanto marido e o problema estourou até nessas circunstâncias.

gera uma crise de confiança nas instituições. E a prática do desacato a constituição da República tornou-se corriqueira. No dia 13 de agosto de 2015, exonerou o governo de Domingos Simões Pereira, e a Guiné-Bissau afundou de novo nas instabilidades.

Após a exoneração de Simões Pereira, a crise persistiu até o final do mandato do José Mário Vaz, na qual quebrou o recorde de Kumba Yala, nomeando oito primeiro-ministro em 5 anos de mandato, um verdadeiro recorde de entretenimento no campo político. Portanto, sob este quesito, Djaló & Langa (2020), asseguram que;

Na verdade, a crise vigente em 2014, não era suficiente para o presidente da República destituir o governo, pois segundo a Constituição da República da Guiné-Bissau, artigo 68º alínea g) pode nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular. Mas, o presidente da República pode exonerar o Primeiro-Ministro só quando houver grave crise que dificulte o funcionamento das instituições do Estado. Porém, todos os Presidentes da República da Guiné-Bissau têm se apropriado desse artigo da Constituição para demitir o governo vindo das eleições para nomear um governo de seu agrado. Tirando Malam Bacai Sanhá, que não terminou o seu mandato, porque faleceu após uma doença prolongada, um dos problemas que dificulta a consolidação democrática na pátria de Amilcar Cabral, é o sistema de governo semipresidencial que acaba sempre chocando com os poderes atribuídos ao presidente na Constituição da República (DJALÓ & LANGA, 2020, p. 24).

Mas também não podemos negar os feitos dele, por travar as ondas de perseguições arbitrárias, torturas e assassinatos como aconteceu nos governos anteriores, esforçou-se bastante para terminar o mandato, e foi único presidente a ter este feito. Mas seguiu sua inteligência afundando o país em crise.

6.6 A relação capital social, nepotismo e corrupção como fatores de entraves nas instituições democráticas

A Guiné-Bissau é um país reconhecido como independente em 1974, possui semipresidencialismo como o seu sistema e juntamente com a democracia multipartidarista e representativa a partir de 1993. O Presidente da República e o Primeiro-Ministro exercem o poder executivo, porém o chefe de Estado é o Presidente e o chefe do governo é o Primeiro-Ministro.

Para Dju (2019), dentro de várias formas de administração, após a retirada física do colono, a Guiné-Bissau escolheu o gerenciamento administrativo centralizado, sem romper com a lógica centralizada do modelo colonial português, os que assumiram os postos tinham a oportunidade de reverter a situação, mas preferiram perpetuar a mesma do português que

consistia na subordinação dos administradores locais tradicionais às estruturas coloniais, com assentamentos totalmente submetidos a administração central. Esta estratégia dos colonialistas fundamenta-se na tentativa de impossibilitar revoltas locais das populações. Portanto Dju (2016), afirma que, os governantes guineenses herdaram dos portugueses uma administração pública bem estruturada com as normas em relação aos servidores públicos e concurso público, cujo o documento é chamado de estatuto dos funcionários públicos, mas ainda existem sérios problemas no que tange a sua aplicação nas instituições públicas, pois é simplesmente abandonado e deixado de lado pelos gestores.

Ainda neste desfile e inquietações do funcionamento das instituições públicas dentro da conjuntura democrática, a carta magna do país (CRGB, 1996), nos termos do nº 2, do seu artigo 97º, garante que “cabe ao governo dirigir e coordenar a ação e assegurar a execução das leis, e ainda tem por direito, de acordo com o programa conduzir a política geral do país”. Conforme Dju (2016), estas leis que deviam ser executadas e asseguradas na função pública tornam-se inúteis, sendo assim os governos perdem o controle das instituições cada qual faz o que bem quiser, e a partir daí a corrupção e o capital social ganha a sua proporcionalidade. A centralização das instituições governamentais e públicas tem sido um agravante problema, ainda nesta análise, o Sociólogo bissau-guineense Miguel de Barros na sua entrevista à RTP África¹² (Rádio Televisão Portuguesa, in: Grande entrevista, 2022), afirmou que, “o modelo da administração pública guineense para além de ser um modelo excessivamente concentrado ao nível da capital é um modelo altamente inoperante, que privilegia sobretudo quem está no exercício do poder público”. Quando não são obedecidas “Os princípios básicos da administração pública [...] na interpretação do Direito Administrativo: legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade etc.”(MEIRELLES, 2016, p. 91-92). As instituições acabam gerando a corrupção. Na análise de Abreu (2006), tanto o capital social quanto o nepotismo fazem parte deste aglomerado de fatores que possibilitam a grande escala da corrupção. Posto que, todas as formas do jeitinho de relações interpessoais favorecem ilicitamente as pessoas e desta forma violam os princípios da moralidade e impessoalidade.

A corrupção consiste num grande fenômeno perverso da coação a administração pública guineense assim como, a democracia. Para Neto (2008), a corrupção, no seu sentido mais amplo, pode ser definida como a decomposição, o apodrecimento do estado padrão normal ou esperado, o processo de corromper e alterar as características originais de uma coisa. Com base neste conceito, a corrupção pode ser classificada como desrespeito da utilização da disposição

¹² A entrevista encontra-se disponível aqui: https://youtu.be/F9MhE_nonK8

legal relacionada ao direito e controle político à compromissos públicos. Nogueira e Nogueira (2006), definem o capital social a partir de Bourdieu, como rede de influências e relações sociais que uma pessoa ou a família pode estabelecer durante o percurso da vida, estas relações por uma ou outra circunstâncias acabam por transformar ou gerar capital econômico. Para Té e Monteiro (2020), a política guineense é marcada por esquema de corrupção que se caracteriza pela compra de votos, e compra de consciência de alguns deputados na (ANP) para o apoio político, com interesses obscuros.

A corrupção existe em todas as sociedades com diferentes percepções e diferentes escalas, sem exceção da República da Guiné Bissau. Ela é considerada um dos países mais corruptos do planeta, segundo relatório publicado pelo índice de percepção da corrupção IPC (TRANSPARENCY INTERNATIONAL: The global coalition against corruption – 2021)¹³ numa classificação de 180 países, com a pontuação de 21/100. Isto mostra o quão débil as instituições guineenses são, e ainda de acordo com este relatório, a Guiné-Bissau para além de apresentar como altamente corrupto, reduz o seu espaço cívico e democrático e ataca os direitos da população. Mendes (2010), defende que a pobreza pode ser um dos fatores da corrupção, características de qualquer Estado sem exceção da Guiné-Bissau. Portanto quanto mais este fator adquirir uma certa profundidade torna-se num sintoma do mal estar da democracia, ou seja, torna-se maléfica as próprias instituições democráticas.

Esta forma de enriquecimento ilícito em detrimento do povo, é uma prática corriqueira de quase todos os partidos que alguma vez tiveram a oportunidade de chefiar o executivo. Portanto Dju (2016), sublinha que, torna-se de tradição entrar para um governo pobre e sair rico. Ainda este autor aclara que, existe um conformismo da população guineense com relação a isso, devido ao desacredito total na justiça, o que não adianta sair às ruas para manifestar o desprazimento, sob pena de levar surra e outras formas de atrocidades. Sem fugir da lógica da análise Mendes (2010), demonstra a importância de não explicar a corrupção como um fenómeno isolado, mas aquele que acontece perante uma rede complexa de problemas inter-relacionados, desde a superfluidade do sistema judicial, a falta de salários em tempo real, a segurança no país até no clima de mal-estar do executivo, isto é, o presidente da República e o primeiro Ministro, mas também por outro lado, quando os dois grandes poderes encontram em peleja, o político e o militar. Anthony Downs (1999), na sua obra intitulada "Teoria econômica da democracia", demonstra como a motivação partidária e a axioma do interesse pessoal

¹³ Disponível em: Índice de Percepção da Corrupção 2021 - Explore o... - Transparency.org

sacrifica a necessidade do outrem ao seu próprio. Dentro desta perspectiva, os partidos políticos agem somente com intuito de obter renda, prestígio e poder quando estão no cargo, tendo como principal objetivo, colher as recompensas de ocupar um cargo público. Downs (1999, p. 50), ainda aponta que desse modo, "os partidos políticos formulam políticas para ganhar as eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas". Portanto, esta é tipicamente a característica de quase todos os partidos políticos guineenses, não possuem uma relação de mão dupla com os cidadãos quando estão no poder, só quando necessitam de votos.

Considerando o Estado como provedor dos serviços e executor das necessidades para os seus cidadãos com o seu aparato administrativo torna-se necessário fazer o controle das suas instituições. (MEIRELLES, 1997, p. 729 apud Cá, 2019), assinalam que o controle na sua extensão pode ser, interno e externo, de acordo com a localização do órgão que o exercita. Também podem ser prévios ou preventivos, concomitantemente, e subsequente ou corretivo. O controle interno é exercitado pelo poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Pois possuem a responsabilidade de controlar as atividades dos serviços que os agentes da Administração prestam. O controle externo é realizado por uma entidade constitucionalmente autônomo, sobre as atividades e serviços efetuados pelos agentes da Administração. Portanto, no caso da Guiné-Bissau, este papel fica a disposição do Tribunal de Contas. Qual tem sido o papel do Executivo, Assembleia Nacional Popular na luta contra a corrupção? Para que serve o Tribunal de Contas e o Judiciário? Será que, o executivo guineense faz acompanhamento das atividades que o seu governo desempenha, assim como as que a administração pública guineense desempenha para constatar as irregularidades? Ou fazer auditorias nos órgãos da soberania? A superfluidade do sistema judicial e legislativo fez com que a corrupção tornasse incessante até então. A falta da apuração de responsabilidade dos atos ilícitos na função pública guineense, baseado nas relações sociais recíprocas ou clientelismo corroe a administração pública e viola o direito de igualdade ao acesso dos princípios democráticos.

6.7 A batalha interna do PAIGC e os 15, e a ascensão do Umaro Sissoco Embaló à presidência

Segundo o documento que consta no site¹⁴ do MADEM G-15, no qual temos acesso, mostra que, para o surgimento deste partido tudo começou no sétimo congresso de Cacheu do

¹⁴ Disponível neste site:
https://www.mademg15.org/_files/ugd/f25026_d40a85168c6a4147a68d20035afbbdde.pdf

partido PAIGC quando estes eram ainda membros e dirigentes do partido em 2014 após a saída do país do Governo da transição. A prática nepotista enquadrada no controle clientelista dentro do partido propunha afastar politicamente todas as figuras opositores do presidente do partido. Em 2019, a população bissau-guineense assistiu de forma clara ascensão deste partido dentro do cenário político, fundado por uma parcela dos deputados dissidentes do funcionamento interno do PAIGC. Conquistou 27 dos 102 assentos parlamentares tornando-se no segundo maior partido com assentos no parlamento em menos de um ano da sua fundação. No mesmo ano de 2019, o candidato apoiado pelo MADEM-G15 nas eleições presidenciais, Umaro Sissoco Embaló venceu as eleições no segundo turno, o que provocou um grande alvoroço entre os partidos políticos, até a sociedade civil. Existe alguma diferença entre o PAIGC e o MADEM-G15? Claro que não. Do ponto de vista da análise retrógrada, se concordarmos que existe diferença, estaríamos também a aceitar que o partido único tinha diferença com o colono após a independência, o que implica no pretexto. De 2020 viu-se crescendo um Fujimori¹⁵ na presidência e a Guiné-Bissau começou perambulando entre a democracia e o totalitarismo de novo. Em meio a resolução do contencioso judicial, resultado do pedido de impugnação emitido pelo candidato do PAIGC. Na sua boa relação construída com o presidente José Mário Vaz, tomou a posse, sem a decisão do supremo tribunal, no dia 27 de fevereiro de 2020, na qual ele enfatiza que, aquilo foi uma tomada de posse simbólica, passados dois anos não houve nenhuma tomada formal, será que, o Sissoco neste momento se encontra no aquecimento para uma tomada formal de posse? Se for o caso, que ano?

Segundo informações obtidas a DW¹⁶ (Deutsche Welle, 2020) Sissoco prometeu "refundar o Estado", ser um Presidente "de todos os guineenses", repor a autoridade do Estado e "fundar uma nova república" que seria, segundo suas palavras, "respeitada por todos", também propunha a restauração da autoridade do Estado primada na lei e nos direitos humanos, no combate à corrupção.

A pergunta é, como pretende fazer com que a Guiné-Bissau seja respeitada por todos, se ele mesmo não a respeita? Ao nível internacional só participaram embaixadores da Gâmbia e do Senegal em Bissau. E no nível interno esteve o ex-general António Indjai apontado como

¹⁵ Levetsky & Ziblatt (2018), Fujimori era um professor universitário peruano, que decidiu entrar para política nos anos 90, após ser eleito presidente abriu a luta contra o congresso do Peru, mais tarde Fujimori foi considerado ditador pela sua postura de gerenciar os problemas, durante o seu regime foi acusado de corrupção e foi preso.

¹⁶ O discurso do Sissoco no empossamento está disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/em-meio-a-contencioso-judicial-sissoco-toma-posse-simb%C3%B3lica-como-presidente-da-guin%C3%A9-bissau/a-52560557>

responsável pelo golpe de Estado de 2012, e os partidos apoiadores. Os que participaram à nível internacional, são os que apoiam e atentam contra a democracia guineense, desde 2012. Isso mostra, o desrespeito que o Sissoco tem pelas autoridades refletiram no processo da tomada de posse, pois nenhum presidente eleito democraticamente que respeita as leis participaria de um ato de tomada simbólica como ele alega ter feito. Vinte e quatro horas após tomada de posse, Sissoco exonerou o Aristides Gomes como Primeiro-ministro, e começaram as invasões militares às instituições públicas do país e as residências dos membros do governo do Aristides Gomes. O palácio do governo foi invadido pelos militares, em companhia esteve o Nuno Nabiam aquele que viria a ser o primeiro ministro de Sissoco, o Supremo Tribunal de Justiça, e Instituto Nacional de Segurança Social. Qual o papel dos militares dentro dessa jogada de tomada de posse?

De salientar que, o José Mário Vaz enquanto presidente da República, mantinha uma relação forte com os militares e isso possibilitou-lhe terminar o seu mandato dos cinco anos, e por outro lado, o mesmo relacionamento era aprazível com o Umaro, portanto não era de se duvidar de que a tomada de posse do Sissoco teria militares para atuar a favor.

A subversão da democracia e da ordem constitucional havia acabado de começar com a instalação do presidente Umaro Sissoco, (LEVETSKY & ZIBLATT, 2018), apontam que, para a ruptura duma democracia não precisa de um plano. Antes, como sugere a experiência do Peru, ela pode resultar de uma sequência não antecipada de acontecimentos, uma escalada de retaliações entre um líder demagógico que não obedece às regras e um establishment político ameaçado. Os primeiros sinais do desempenho da função do presidente Umaro, já demonstrava que a Guiné-Bissau estava caminhando para o autoritarismo do Estado, confundido com Autoridade do Estado. O artigo 82º nº 1 da constituição, garante que “Nenhum deputado pode ser incomodado, perseguido, detido, preso, julgado ou condenado pelos votos e opiniões que emitir no exercício do seu mandato”. O deputado Marciano Indi do APU-PDGB, não teve essa sorte de livrar-se do rapto, no mês de maio de 2020, por ter sido um dos apoiadores do candidato Domingos Simões Pereira, posto que defendia que o acordo entre PAIGC e APU-PDGB prevalecesse nos seus termos. Face à este cenário, a liga guineense dos direitos humanos (LGDH) e o coletivo de 12¹⁷ organizações da sociedade civil posicionaram e condenaram as ondas da violência e raptos que se perdurava no país. A liga guineense dos direitos humanos (LGDH) por muitos anos tem contribuído bastante com as denúncias contra a violência aos

¹⁷ O posicionamento das 12 organizações da sociedade civil e a liga guineense dos direitos humanos consta aqui: <https://www.dw.com/pt-002/em-meio-a-contencioso-judicial-sissoco-toma-posse-simb%C3%B3lica-como-presidente-da-guin%C3%A9-bissau/a-52560557>

direitos humanos, e no empenho das suas funções para a construção da democracia guineense, continua a zelar pelo cumprimento do tratado que o estado da Guiné-Bissau ratificou, mas dada a inaplicabilidade e irresponsabilidade na apuração dos atos hostis perante a instância judicial, persevera o clima de restrição da liberdade de imprensa, quanto a liberdade de expressão. O regime despótico do Sissoco Embaló, continua a querer implantar o terror e calar qualquer cidadão que tentar-se opor à ele. O que justifica o espancamentos e detenção dos alunos que marcham exigindo fim das greves nas escolas públicas? Os alunos foram espancados por reivindicarem os seus direitos que constam no artigo 49º nº 1, que fundamenta que, todo cidadão tem o direito e dever da educação, e o artigo 54º nº 2 que garante o direito de manifestar. Mas este episódio não aconteceu somente no governo de Sissoco e Nuno, também o governo do Aristides Gomes proveniente do sufrágio eleitoral, espancou os alunos na manifestação do mês de fevereiro de 2020, antes da sua exoneração. A falta da educação não é um fenómeno recente, lembrando que qualquer governo na Guiné-Bissau, desde sempre subestimou a educação. A falta desta, é uma condição *sine qua non* para ausência e compreensão da democracia.

Segundo as informações obtidas no *site* da liga guineense dos direitos humanos (LGDH, 2022)¹⁸ pelo que tudo indica, o governo vigente possui milícia palaciana que cometem violência contra os opositores e críticos. Cepik (2003), aponta que práticas desta natureza começaram a ser desenvolvidas ao nível internacional após a revolução francesa em 1848, com objetivo de fazer manutenção da ordem interna, com recursos de vigilância, infiltração e recrutamentos de informantes até espionagem para repreensão política dos grupos opostos ao Estado, ou seja, como classifica Foucault (1987), vigiar e punir. Mas também não somos apologistas de que a liberdade de expressão ou de imprensa deve ser motivos para insultar o presidente da República, como tem sido ultimamente na Guiné-Bissau com auxílio das redes sociais. A liberdade de expressão ou de imprensa pressupõe ser responsável e coerente no seu exercício.

Para enquadrar a situação da Guiné-Bissau, o Miguel (2019), ao analisar o colapso da democracia no Brasil, aponta que;

A perseguição a intelectuais, docentes e artistas com visão crítica foi encampada por setores dentro do Estado, que, por fanatismo ou cálculo, alimentam o pânico [...]. O recrudescimento da violência contra ativistas de movimentos populares e integrantes

¹⁸ Disponível aqui: <https://www.dw.com/pt-002/em-meio-a-contencioso-judicial-sissoco-toma-posse-simb%C3%B3lica-como-presidente-da-guin%C3%A9-bissau/a-52560557>

de grupos minoritários é uma das consequências da força renovada dos discursos de ódio e de exclusão” (MIGUEL, 2019, p. 12).

Gomes (2010), sustenta a importância das organizações da sociedade civil, associações, ONG's, sindicatos exercerem livremente os seus direitos estabelecidos nos termos da lei, mas acontece o oposto, na Guiné-Bissau, o poder político utilizou e ainda utiliza os meios repressivos para impedir as manifestações que visam contestar atos de governação. Nesta senda, (Levetsky & Ziblatt, 2018), percebem que a erosão da democracia acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequeníssimos passos, em que cada passo tomado parece insignificante, ou seja, não ameaça a democracia. Com efeito, as iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade.

O atual estado da política guineense, principalmente a forma como procede o presidente da república contra a liberdade de imprensa e expressão suscita muitas questões, sobretudo como têm lidado com tais. O presidente da república possui uma atitude considerado incoerente ao que o direito democrático reserva e o que a constituição da República estabelece.

O Estado de direito vem se destroçando velozmente com as intimidações, detenções arbitrárias, raptos e espancamentos dos ativistas civis, os líderes sindicais, jornalistas etc. Todos estes atos acabam dilacerando os princípios democráticos. No mês de fevereiro de 2022, Umaro Sissoco Embaló, sofreu uma tentativa de golpe de Estado que resultou na morte de onze pessoas no palácio de governo da Guiné-Bissau. A partir desta situação, começou a jogada política do Umaro Sissoco Embaló com tudo e todos. Será que, esta tentativa não foi um *false flag*¹⁹? De todos os golpes que desenrolaram anos atrás, implicam na morte, espancamentos ou afastamento no poder, será que, Sissoco é mais sortudo que todos estes? Não sabemos, mas também não somos apologistas dos golpes do Estado. Passados dois meses, o Umaro Sissoco Embaló derrubou o parlamento no dia 16 de Maio de 2022, começou a remodelação e o governo da iniciativa presidencial. Com tudo isto, qual é a intenção do presidente atual com o futuro da presidência da República da Guiné Bissau e o futuro da democracia guineense? Ou estamos caminhando para uma nova transição?

¹⁹ False flag - São operações conduzidas por governos que aparentam ser realizadas pelo inimigo do próprio governo. Para mais compreensão clique neste link:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_de_bandeira_falsa

7 METODOLOGIA

Dada a essência do nosso projeto, e especialmente ao que o nosso objetivo geral propôs que é, "compreender o porquê que a democracia na Guiné-Bissau esteve e está em constante instabilidade desde 1994 até Maio de 2022", entendemos que no nosso trabalho, o método qualitativo na pesquisa é o mais viável e decidimos adotá-lo. Por outro lado, nos aparenta mais conveniente pela análise que tencionamos levar neste projeto. Além do mais, este método abrange os procedimentos de coleta mais apropriados a este arquétipo de pesquisa, o que será capaz de possibilitar uma análise afável do material coletado. Assim sendo, importa-nos fazer uma efêmera contextualização do que é a pesquisa qualitativa, já que é o nosso método escolhido. Ora, Creswell (2010) aponta que este método qualitativo visa analisar ou averiguar e compreender o determinado sentido outorgado por uma sociedade sobre um fenômeno ou um acontecimento que aparece dentro dela. Do ponto de vista de Marconi e Lakatos (2010), o metodologia de pesquisa qualitativa diferencia-se com todas outras formas de pesquisa, principalmente a metodologia quantitativa em inúmeras proporções, isto é, pelo processo de coleta e análise dos dados, assim como pela não utilização dos instrumentos estatísticos. Para essas autoras, a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar de uma forma mais profunda os aspectos complexos da idiosincrasia humana, ou melhor dizendo, ela dispõe e compromete-se em sugar e explicar os hábitos ocultos, atitudes e tendências de uma sociedade. Portanto sob esta perspectiva, o nosso estudo não é exterior a esta realidade, pois como dois dos nossos objetivos específicos apresenta.

No que toca aos procedimentos de dados pretendemos fazer no primeiro instante a pesquisa bibliográfica, na qual trabalharemos com livros, artigos, textos e outros documentos concernentes à nossa temática que sugere a nossa pesquisa, priorizando os autores guineenses e outros africanos de outros países que escreveram sobre a temática. Para Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base nos materiais já publicado e a sua principal relevância reside no fato de permitir ao pesquisador ter um acesso a enorme dados e fontes que poderiam ser árduo e custoso para encontrar se fossem pesquisados de uma forma direta. Mas também, muitas vezes as fontes secundárias podem apresentar ao pesquisador conteúdos equivocados e assim esse trabalho tenderá a reproduzir os mesmos equívocos. De acordo com Minayo (1994, p. 21-22), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Em ciências sociais, ela se preocupa com nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja realidades que não podem ser baseados nos procedimentos estatísticos, pois trabalha com um coletivo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser deduzidos à operacionalização de variáveis.

Afim de avançar com o nosso trabalho para melhor fase vamos realizar entrevistas, descrita como um método que ajuda o pesquisador a compreender as perspectivas e experiências dos entrevistados em relação ao tema. O tipo de entrevista que vamos levar em consideração é a despadronizada ou semi-estruturada por assim dizer, Lakatos e Marconi (2010), apontam que este tipo é assistemática e livre, pois permite o pesquisador ter a liberdade de desenvolver cada situação em qualquer direção. Também vamos adotar a modalidade sugerido pelo Ander-Egg (1978), que é "Não Dirigida" em que permite também que o entrevistado tenha a liberdade de manifestar livremente suas opiniões e sentimentos. Por conseguinte, pretendemos entrevistar políticos em exercício das suas funções, estudantes da política e a democracia, e a sociedade civil (Organizações mais destacados). A pesquisa será realizada em Bissau e estes serão nossos emissores de informação.

Relativamente ao procedimento de análise e interpretação de dados, decidimos empregar a análise de conteúdo por conta da natureza do nosso estudo. Para isto, Minayo (1994), assinala que, permite ao pesquisador apurar as hipóteses e favorece a descodificação do sentido das informações obtidas a partir dos textos, artigos e livros trabalhados e as intervenções dos entrevistados. No que tange a apurações, Berger (1986), adverte que é necessário ser objetivo, controlar suas preferências e preconceitos pessoais, perceber claramente ao invés de julgar. E isto implica que o pesquisador deve ser neutro e imparcial, focando em análise do seu objeto de estudo com a máxima objetividade.

Posto isto, dividiremos o trabalho em três eixos diferentes e importante. No primeiro eixo, organizaremos os dados com intuito de deixá-los ordenados e dispostos de modo a facilitar a triagem dos assuntos a serem debruçado. Logo, no segundo eixo, faremos a escolha baseando nas temáticas para proporcionar uma análise afável e a interpretação dos dados. No terceiro e último eixo, vamos fazer uma análise rigorosa, buscando compreender questões pertinentes e importantes sobre a democracia, a transição, e o colapso constante.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICAS

ABREU, Júlio Cesar Andrade de. **Gestão social e transparência Pública: Movimentos sociais como agentes de combate a corrupção pública**. In: Anais do simpósio de excelência em Gestão e tecnologia. Universidade federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. 2006.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social para trabajadores sociales**. Ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

BARRETO, Leonardo. **Quanto de quê?: o debate teórico e os estudos de democratização**. Dissertação para o Mestrado em Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística**: tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis RJ: Vozes, 1986.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 11ª edição. Brasília: UNB, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração**. Trad. Ana Maria Camargo. Revista de História, vol. 30, n. 62, 1965, pp. 261-194.

CARDOSO, Carlos. **Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999)**. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004.

CARDOSO, Carlos. **Transição Democrática na Guiné-Bissau um parto difícil**. Instituto nacional de estudos e pesquisas, Bissau, 1995.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que Democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL, Universidade federal do Piauí, Teresina, 2010.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

Constituição da República da Guiné-Bissau (1996).

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa, Métodos, Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Jorge Manuel M. A. Lopes da. **O programa de ajustamento estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética**. 2007. Dissertação de mestrado em Estudos Africanos - Desenvolvimento social e econômico em África: Análise e Gestão - Instituto superior de ciências do trabalho e da empresa (ISCTE), Lisboa, 2010.

DAHL, Robert. **A. Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 2005.
DJALÓ, Mamadú; LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019)**. 2020.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DJÚ, Edgar. **Concurso público e desenvolvimento de capacidade na guiné-bissau**. 2019. 186 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) - Instituto de Ciências Humanas - IH, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, CE. 2019.

DJÚ, Edgar. **Concurso público: Estudo comparativo entre legislação brasileira e guineense**. 2016. 42 f. Monografia (Administração Pública) - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas - ICSA, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, CE. 2016.

ÉVORA, Roselma. **A abertura política e o processo da transição democrática em Cabo Verde**. (Dissertação de Mestrado em ciência política), Universidade de Brasília, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder - Formação do patronato político brasileiro**. 3º edição, Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Vozes, 1987.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1991.

GOMES, Antonieta Rosa. **O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau**. In: 7º Congresso de estudos africanos. Lisboa, 2010.

HANDEM, Alfredo; RODRIGUES, Cristina. **Pobreza e paz (intermitente) na Guiné-Bissau**. In: C. U. Rodrigues e A. B. Costa (coords.). *Pobreza e paz nos PALOP*. Lisboa: Sextante Editora, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª edição - São Paulo: Companhia de letras, 1995.

KECK, Margaret E. **A transição brasileira para a democracia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2010. Pp. 37 - 63.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MACPHERSON, C.B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Tradução de Nathaniel Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARCONI, M. de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo. Ed. Atlas S.A. 2010.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 42 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MENDES, Leonel Vicente. **Guiné-Bissau entre processo de democratização e crises políticas: o golpe militar de 12 abril de 2012 gênese e desdobramentos.** Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, IHL, Universidade da integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira, São Francisco de Conde, BA, 2016.

MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades. 2010.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

MENDES, Perfirio. **Influência internacional no conflito armado de 1998/1999 na Guiné-Bissau.** Monografia (Bacharel em Direito) - Coordenação de Graduação em Direito, Universidade federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Metodo e Criatividade.** 21º Ed. Rio de Janeiro, edit. Vozes, 1994.

MUDIMBE, Valentin-Yves – **A invenção da África – gnose, filosofia e ordem do conhecimento** – Petrópolis, RJ: vozes, 1º edição, 2019. p. 1 a 38.

N'BUNDE, Timoteo Saba. **As Políticas Externas Brasileira e chinesa para a GuinéBissau em abordagem comparada (1974-2014).** Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

NETO, Affonso Ghizo. **Corrupção, Estado Democrático de Direito e Educação.** 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas - CCJ, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

QATHAFI, Muammar Al. **O livro verde.** Ridendo Castigat Mores, 2005.

RESQUE, João Daniel Daibes; DORIVAL, Fagundes Cotrim Junior. **Democracia liberal: sufrágio e deliberação como primeiros passos para uma sociedade plural.** Revista estudos institucionais, v.3, n.1, 624-648, 2017.

SEABRA, Pedro. **Guinea-Bissau: Presidential Election amidst Political Turmoil.** In: Ipris Viewpoints. 2012.

SOUSA, Miguel Girão de. **Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade de reforma do sector de segurança.** In: Lusíada. Política Internacional e Segurança, nº 8, p. 85-115, 2013.

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Transição democrática na Guiné-Bissau: Uma análise sobre a mercantilização da democracia.** Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, V.04, N.04, 2020.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006.** 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais - Universidade federal de Pernambuco, Recife, 2008.

VITULLO, Gabriel E. **Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica.** Revista de Sociologia e Política, n. 17, p. 53-60, 2001.

